

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 2/2023/FMS**  
**EDITAL DE PREGÃO N. 2/2023/FMS**

MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
TIPO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

**O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, SC**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, como **órgão gerenciador**, representada neste ato pela Prefeita Municipal, **NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI**, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 093/2020, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO ELETRÔNICO, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS para a eventual e futura contratação de serviços para manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares, a qual será processada e julgada pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe, cuja proposta deve ser apresentada até o dia e hora abaixo especificados:

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: **até o dia 10 de agosto de 2023.**

HORÁRIO LIMITE: **até as 08h00.**

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: **até o dia 10 de agosto de 2023.**

HORÁRIO: **08h15min.**

## **1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO**

### **1.1. DO OBJETO**

1.1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para eventual e futura Contratação eventual e futura, através de Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares (com fornecimento de peças) relacionados a aparelhos utilizados para fins médicos, odontológicos, laboratoriais e fisioterápicos constantes no patrimônio do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce/SC, conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência.

### **1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO**

1.2.1. O sistema de registro de preços deste Município tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do pregão.

1.2.1.1. A entidade licitante não se obriga a contratar dos licitantes vencedores, podendo realizar licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá sempre preferência.

1.2.2. Os itens, objeto desta licitação, deverão ser cotados e entregues em conformidade com as especificações do **Anexo I** do presente Edital.

1.2.3. Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade. Os serviços somente poderão ser fornecidos pela proponente vencedora, vedado, portanto, o fornecimento de serviço por terceiros.

1.2.4. Havendo a necessidade dos serviços, o órgão requisitante solicitará a emissão da Autorização de Fornecimento e a respectiva Nota de Empenho de Despesa, as quais serão encaminhadas à proponente vencedora.

1.2.5. Os licitantes participantes só darão lances para o Item 1 – Hora Técnica (Prestação de Serviços).

1.2.6. O Item 2 – Fornecimento de Peças e Componentes não sofrerá lances, sendo esse o valor máximo disponível para contratação.

1.2.7. O Item 2 será incorporado à empresa vencedora do Item 1.

1.2.8. Os serviços de manutenção preventiva são procedimentos adotados com o objetivo de otimizar a utilização dos equipamentos,

reduzindo o desgaste de uso, evitando danos e por consequência, a interrupção ou suspensão do funcionamento dos mesmos. Na manutenção preventiva, incluem-se os serviços de calibração e aferição de aparelhos.

- 1.2.9. Os serviços de manutenção corretiva são procedimentos de substituição de peças e reparos/consertos necessários a sanar defeitos/falhas dos equipamentos que possam acarretar ou tenham acarretado os danos ou interrupção/suspensão de funcionamento dos mesmos.
- 1.2.10. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão executados com fornecimento, pela Contratada, das peças necessárias e suficientes à sua realização.
- 1.2.11. A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de reposição e materiais de consumo necessários à revisão, fixação, correção de vazamentos de ar e água, limpeza, testes, recargas, calibração, aferição, lubrificação e conservação dos equipamentos cuja manutenção seja objeto dessa licitação.
- 1.2.12. Entende-se por materiais de reposição, de forma exemplificativa: parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação, fusíveis, garrafas de reservatório de água dos equipos, correias e correlatos.
- 1.2.13. Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: álcool, benzina, estopa, flanela, fita, isolante, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasivo e biodegradável necessário à manutenção preventiva dos equipamentos.
- 1.2.14. A Contratada será responsabilizada por todo e qualquer equívoco na especificação quando da solicitação de peças de reposição, inclusive sujeitando-se ao ressarcimento ao Município.
- 1.2.15. Na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser observadas as Normas Técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).
- 1.2.16. As peças que, por ventura, preventivamente necessitarem ser substituídas para garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos que não estejam inclusas na garantia prestada pelo fabricante, deverão ser indicadas e cotadas em orçamento prévio apresentado pelo contratante, que poderá ou não autorizar.
- 1.2.17. Após a aprovação do orçamento prévio e emissão da Nota de Empenho pela Contratante, a Contratada está autorizada a iniciar o serviço. Caso não autorize, o Contratante reserva a si o direito de adquirir quaisquer peças de terceiros - obedecendo o princípio da economicidade - devendo a Contratada responsabilizar-se pela instalação das mesmas.
- 1.2.18. Após a execução do serviço pela Contratada procede-se então a emissão do relatório de ocorrência, o qual deverá constar a descrição do serviço, data e hora, bem como, as peças e materiais utilizados com suas respectivas quantidades, além do nome completo do profissional responsável pelo serviço. Após a apreciação do relatório pelo Fiscal de Contrato e a constatação de que o serviço foi executado em conformidade com o documento, procede-se a emissão da Nota Fiscal e encaminhamento para pagamento.
- 1.2.19. Quanto aos prazos para atendimento, os serviços de manutenção deverão ser realizados nos horários acordados entre o Contratante e a Contratada, dentro dos critérios citados abaixo:
- 1.2.20. As manutenções preventivas serão agendadas previamente pelo Fundo Municipal de Saúde, tendo a Contratada o prazo de até 15 (quinze) dias para atendimento.
- 1.2.21. As manutenções corretivas, após a abertura do chamado pelo Fundo Municipal de Saúde, não poderão exceder o prazo de 72 (setenta e duas) horas para atendimento.
- 1.2.22. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva poderão ser executados *in loco* ou na sede da contratada.
- 1.2.23. Caberá à contratada a responsabilidade pelo transporte do equipamento até sua sede e a posterior devolução no local de origem.
- 1.2.24. A garantia mínima para os serviços de manutenção corretiva será de 90 (noventa) dias contados a partir da emissão do Relatório de Ocorrência. A garantia das peças, será a oferecida pela empresa fabricante das mesmas.
- 1.2.25. Os órgãos participantes desta licitação são os seguintes:

✓ **Fundo Municipal de Saúde de Água Doce (órgão gerenciador)**

- 1.2.26. Nos termos do art. 21 do Decreto Municipal nº 4.388/2013, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços proveniente deste processo, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e em conformidade com o disposto no § 4º do art. 21 do mesmo diploma legal.
- 1.2.26.1. Caberá ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, verificar junto a DETENTORA a capacidade de fornecimento dos serviços solicitados pelo órgão ou entidade aderente.
- 1.2.26.2. Caberá a DETENTORA, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, optar pela aceitação da prestação dos serviços ao órgão ou entidade aderente até o limite de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.
- 1.2.26.3. Fica estabelecido como limite às adesões por órgãos não participantes do registro de preços o quádruplo do quantitativo de cada item registrado neste instrumento.

## **2. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar do presente pregão eletrônico todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 2.2. Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.
- 2.2.1. Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Água Doce ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93).
- 2.2.2. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei 8.666/93, observadas também, as vedações dos artigos 64, 65 e 66 da Lei Orgânica do Município.
- 2.3. **Da participação das microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais**
- 2.3.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.
- 2.3.2. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **clcando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.**
- 2.3.3. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.3.4. A condição de Microempreendedor Individual deverá ser comprovada mediante apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.
- 2.3.5. A Certidão ou Certificado deverão estar **atualizados**, ou seja, emitidos a menos de **120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.
- 2.3.6. Todo benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplicável à microempresa estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do art. 18-E.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1. Para participar do presente pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO", através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

- 3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 3.1.2. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Água Doce, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

#### **4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

- 4.1. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 4.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 4.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.7. Ocorrendo adendos, erratas e/ou republicações do edital, que acarretem na alteração de data de abertura do certame, cabe as licitantes interessadas a atualização da documentação de habilitação e proposta de preços já cadastrada, caso julgar necessário.

#### **5. DA PROPOSTA**

- 5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da documentação de habilitação e da proposta de preços, contendo **valor unitário e valor total de cada item**, e demais informações necessárias, até o horário previsto no preâmbulo deste Edital.
- 5.2. A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico**.
- 5.3. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas no **Anexo I** deste Edital.
- 5.4. Para a proposta apresentada será considerado o prazo de validade de 210 (duzentos e dez) dias, independentemente de declaração expressa.
- 5.5. A proponente vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.
- 5.6. No preço cotado já deverão estar incluídos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, diárias, hospedagem, alimentação, fretes e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.
- 5.7. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexecutável, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços serem prestados sem ônus adicionais.

- 5.8. O Pregoeiro considerará como formais erros que não impliquem em nulidade do procedimento.
- 5.9. Com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.
- 5.10. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser considerados pelo Pregoeiro, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.
- 5.11. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

## **6. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

6.1. A Documentação de Habilitação da licitante vencedora será verificada mediante apresentação dos documentos abaixo, em formato **PDF legível**, os quais devem ser encaminhados conjuntamente à proposta:

- 6.1.1. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ, atualizado.
- 6.1.2. Cópia do ato constitutivo ou do contrato social (acompanhado de com todas as alterações ou consolidado).
- 6.1.3. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.
- 6.1.4. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.
- 6.1.5. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.
- 6.1.6. Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 6.1.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada).
- 6.1.8. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, com data de expedição de até 60 (sessenta) dias.
- 6.1.8.1. Em se tratando do Poder Judiciário de Santa Catarina, a Certidão deverá ser emitida tanto no sistema e-Proc (atual), quanto no e-SAJ (antigo).
- 6.1.8.2. No caso de comarca com mais de um Cartório Distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
- 6.1.9. Carta de apresentação em conformidade com o modelo do **Anexo II** deste Edital.
- 6.1.9.1. A ausência da Carta de Apresentação não ensejará a inabilitação das proponentes por não se tratar de documento de habilitação previsto em lei, porém, por conter informações importantes para contato, responsabilidade para assinatura da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato, e dados bancários para pagamento, será cobrada pelo pregoeiro, que poderá abrir diligência solicitando tal documento, e deverá seguir o modelo constante no Anexo II.
- 6.1.10. Comprovação de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do subitem 2.3 deste Edital.

### **6.2. Qualificação técnica:**

6.2.1.1. Apresentar atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica** de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho da atividade compatível e pertinente com o objeto da presente licitação.

6.3. A proponente deverá declarar, **clicando no local apropriado do sistema**:

- 6.3.1. **Declaração** de que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão para Registro de Preço, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará os serviços objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.
- 6.3.2. **Declaração** de que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- 6.3.3. **Declaração** de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
- 6.3.4. **Declaração** de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n. 8.666/93.
- 6.3.5. **Declaração** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição da República e art. 27, V, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (conforme modelo Anexo III).
- 6.4. A Equipe de Apoio do Pregão poderá consultar o serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela internet.
- 6.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação
- 6.6. No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.
- 6.7. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.11.7 e seguintes do presente Edital.
- 6.8. Conforme Lei nº 13.726/2018, fica dispensada a autenticação de cópias dos documentos apresentados. Em caso dúvida quanto à autenticidade ou previsão legal, poderá ser exigido o documento original ou cópia autenticada. Faculta-se ao Pregoeiro a diligência para comprovação da autenticidade dos documentos apresentados

## 7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 7.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta.
- 7.2. O acompanhamento da sessão se dará, única e exclusivamente, por meio eletrônico, no sítio informado no preâmbulo deste edital.
- 7.3. Aberta a etapa competitiva, a licitante deverá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada do recebimento.
- 7.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando-se o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante que não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos outros participantes que não poderá ser inferior a 3 segundos e as demais regras de aceitação dos lances.
- 7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- 7.6. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.
- 7.7. A disputa de lances se dará no modo **ABERTO**, nos termos dos artigos 30 e 31 do Decreto Municipal nº 5.918/2020.
- 7.8. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e

reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.9. Após a etapa de envio de lances, conforme o caso, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/93, se não houver proponente que atenda à primeira hipótese.

7.10. Os critérios de desempate serão aplicados, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

7.10.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

#### **7.11. Da preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais**

7.11.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais.

7.11.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

7.11.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

- a. A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual mais bem classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- b. Não ocorrendo a contratação da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual na forma da alínea “a” do subitem 7.11.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.11.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- c. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.11.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

7.11.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea “a” do subitem 7.11.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.11.5. A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual mais bem classificado será convocada, via chat, para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.11.6. O disposto no subitem 7.11.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

7.11.7. A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.11.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

7.11.7.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.11.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.11.8. A empresa que não comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto nos subitens 2.4 e 6.1.11, será desclassificada dos itens em que tenha usufruído dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

- 7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública o sistema informará, via chat, a proponente vencedora do lote, o valor unitário e a marca cotada.
- 7.12.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital e poderá, caso entenda necessário, encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao proponente que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.
- 7.12.2. **Em seguida será aberta a fase de negociação, onde a(s) proponente(s) vencedoras deverá(ão) encaminhar no prazo estipulado (de, no mínimo, 2 horas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, a proposta final readequada, constando os itens vencidos e seus respectivos valores finais, datada e assinada pelo responsável. Na proposta readequada deverá ser indicada a porcentagem relativa a despesas com pessoal sobre o preço unitário em cada item.**
- 7.13. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, ou de negociação, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 7.13.1. Nesta etapa serão verificados eventuais impedimentos de licitar e contratar, da licitante vencedora, mediante consulta ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis> e Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>.
- 7.14. As proponentes serão informadas **exclusivamente** pelo sistema eletrônico sobre a habilitação ou inabilitação das vencedoras.

## 8. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1. No final da sessão, será concedido prazo de, no mínimo, **30 (trinta) minutos** para o licitante que quiser recorrer, manifestar motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.2. A ausência de manifestação no prazo e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 8.3. As razões do recurso e as eventuais contrarrazões deverão ser interpostos pelo campo apropriado do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), somente sendo aceitos aqueles entregues em outros modos em caso excepcional.
- 8.4. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 8.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.
- 8.6. A adjudicação será feita pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:
- Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;
  - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
- 9.2. O registro a que se refere o subitem 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 19 e 20 do Decreto Municipal nº 4.388/2013.
- 9.3. Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:
- Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e
  - Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.



- 9.4. Se houver mais de um licitante na situação de que trata a alínea “b” acima, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
- 9.5. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.
- 9.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 9.7. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelos eventuais beneficiários no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da convocação. A proponente que deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, dela será excluída.
- 9.7.1. Colhidas às assinaturas, o Município providenciará a imediata publicação da Ata na imprensa oficial do município.
- 9.8. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

## **10. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **10.1. Cabe ao órgão gerenciador e aos órgãos participantes:**

- 10.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.
- 10.1.2. Fiscalizar a execução do objeto.
- 10.1.3. Efetuar o pagamento a proponente vencedora de acordo com o estipulado neste Edital.
- 10.1.4. Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para que a proponente vencedora proceda à efetiva entrega do objeto.
- 10.1.5. Providenciar a publicação resumida da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, na imprensa oficial do município.

### **10.2. Cabe à Proponente Vencedora:**

- 10.2.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no presente edital e seus anexos, em especial o descrito no subitem 1.2 – Da Forma de Execução.
- 10.2.2. Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 10.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- 10.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.
- 10.2.5. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.
- 10.2.6. Exigir dos órgãos requisitantes, a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva liberação dos materiais solicitados.
- 10.2.7. Responsabilizar-se pelo deslocamento e manutenção de funcionários e equipamentos para atendimento ao objeto deste edital.

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se o licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de

entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, por item, até o limite de 20% (vinte por cento) do total registrado.

11.2.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

## **12. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

12.1. O registro do fornecedor será cancelado quando o mesmo:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços.
- b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- d. Sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

12.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem anterior será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

## **13. DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO**

13.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

13.2. A execução do objeto deverá ser designada ao Setor de Coordenação de Gestão de Saúde, por meio de seu servidor o Sr. Douglas Silva de Oliveira, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

13.2.1. No caso de adesão à futura Ata de Registro de Preços, o órgão participante designará responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto.

## **14. DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.**

14.1. O pagamento será efetuado após a apreciação do Relatório de Ocorrência pelo Fiscal de Contrato e a constatação de que o serviço foi executado em conformidade com o documento, bem como, a emissão da Nota Fiscal

14.2. Após o recebimento da Nota Fiscal pela Contratante, a mesma tem o prazo de até 30 dias para efetuar o depósito do valor na conta bancária informada pela Contratada.

14.3. Não será admitida qualquer solicitação de acréscimo aos preços propostos para cobrir as despesas que, porventura, tenham deixado de ser computadas quando da elaboração da proposta.

14.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a entidade constante na Solicitação de Fornecimento, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

14.4.1. No caso de adesão à futura Ata de Registro de Preços, o órgão participante informará os dados necessários à emissão da Nota Fiscal ou de outro documento fiscal correlato.

14.4.2. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

- 14.5. Os preços não serão reajustados.
- 14.6. O órgão gerenciador fará, periodicamente, levantamento dos preços praticados no mercado visando aferir se os preços registrados apresentam-se vantajosos.
- 14.7. Os preços poderão ser revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos da alínea “d”, inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído, a ser formalizado pela DETENTORA.
  - 14.7.1. Mesmo comprovada a ocorrência prevista na alínea “d”, inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata de Registro de Preços e promover outro processo licitatório.
- 14.8. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 14.9. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
  - 14.9.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
  - 14.9.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 14.10. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
  - 14.10.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **15. DO VALOR ESTIMADO**

- 15.1. O valor total estimado para esta contratação é de **R\$ 146.649,00** (cento e quarenta e seis mil seiscentos e quarenta e nove reais), não consideradas as eventuais adesões à futura Ata.
- 15.2. O órgão gerenciador e os órgãos participantes consignarão, inclusive no próximo exercício, em seus orçamentos, os recursos necessários ao atendimento das eventuais aquisições.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 16.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.2. A autoridade competente poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 16.3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Após este prazo a comunicação que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, não terá efeito de recurso.
- 16.4. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 atualizada, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, e Decreto Municipal nº 093/2020.
- 16.5. No interesse do Município de Água Doce, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93,

atualizada.

- 16.6. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes à Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.
- 16.7. Integram o presente Edital:  
Anexo I – Termo de Referência / Especificações do Objeto / Valor unitário máximo.  
Anexo II – Modelo de carta de apresentação.  
Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços.
- 16.8. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, através de documento formal e endereçado ao Pregoeiro da Prefeitura de Água Doce.
- 16.8.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 16.8.2. Os pedidos de esclarecimentos preferencialmente deverão ser encaminhados pelo campo apropriado do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 16.9. Contatos preliminares relativos a este procedimento poderão ser feitos pelos telefones (49) 3524-0000 / 3524-0122 ou e-mail [prefeitura@aguadoce.sc.gov.br](mailto:prefeitura@aguadoce.sc.gov.br).
- 16.10. Para dirimir questões decorrentes do presente processo fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC), por mais privilegiado que outro possa ser.

Água Doce, SC, 27 de julho de 2023.

**NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI**  
Prefeita Municipal

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
**JESSICA ROMEIRO MOTA**  
OAB/SC n. 24.746

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 2/2023/FMS  
EDITAL DE PREGÃO N. 2/2023/FMS**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA / RELAÇÃO DE ITENS E PREÇOS MÁXIMOS**

**1. DO OBJETO**

Contratação eventual e futura, através de Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na prestação de serviço de **manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares (com fornecimento de peças)** relacionados a aparelhos utilizados para fins médicos, odontológicos, laboratoriais e fisioterápicos constantes no patrimônio do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce/SC.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

Contar com equipamentos médico-hospitalares adequados é importante para que os profissionais de saúde consigam promover diagnósticos precisos e direcionar o melhor tratamento. Somente realizando exames clínicos, na chamada anamnese, nem sempre é possível determinar a causa de sintomas e promover um diagnóstico correto, afinal, muitos desconfortos são comuns a mais de um distúrbio, sendo necessária a realização de exames mais específicos. Nesse cenário, os equipamentos médico-hospitalares reduzem as chances de ocorrerem erros de diagnóstico, uma vez que permitem uma análise minuciosa do organismo.

Para tanto, se faz imprescindível que esses aparelhos se encontrem em boas condições de uso, o que exige a realização constante de manutenções, tanto preventivas quanto corretivas. Enquanto as manutenções preventivas visam antecipar falhas operacionais, as corretivas solucionam panes para que a função do item seja restabelecida. Nesse sentido, o acompanhamento periódico é fundamental para corrigir problemas e assegurar a qualidade das rotinas médicas.

Dessa forma, o presente Registro de Preço busca a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção visando manter o funcionamento pleno dos equipamentos médico-hospitalares, aumentando a vida útil e prevenindo possíveis desgastes e falhas desses equipamentos, evitando assim, paralizações e transtornos ao serviço público municipal de saúde.

**3. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 Os serviços, as quantidades e preços máximos a serem pagos pelo Município são os constantes na Tabela abaixo.

3.2 Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas para seu fornecimento, como: tributos, deslocamento, fretes, seguros e demais despesas intrínsecas à prestação do serviço descrito.

**LOTE 1 – HORA TÉCNICA (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares.	Hora técnica	300	288,83	86.649,00

**LOTE 2 – FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Peças e componentes para manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares.	Unidade	01	60.000,00	60.000,00

3.3 Os licitantes participantes só darão lances para o **Lote 1 – Hora Técnica (Prestação de Serviços)**. O **Lote 2 – Fornecimento de Peças e Componentes** não sofrerá lances, sendo esse o valor máximo disponível para contratação. O Lote 2 será incorporado a empresa vencedora do Lote 1.

3.4 Os serviços de manutenção preventiva são procedimentos adotados com o objetivo de otimizar a utilização dos equipamentos, reduzindo o desgaste de uso, evitando danos e por consequência, a interrupção ou suspensão do funcionamento dos mesmos. Na manutenção preventiva, incluem-se os serviços de calibração e aferição de aparelhos.

3.5 Os serviços de manutenção corretiva são procedimentos de substituição de peças e reparos/consertos necessários a sanar

defeitos/falhas dos equipamentos que possam acarretar ou tenham acarretado os danos ou interrupção/suspensão de funcionamento dos mesmos.

- 3.6 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão executados com fornecimento, pela Contratada, das peças necessárias e suficientes à sua realização.
- 3.7 A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de reposição e materiais de consumo necessários à revisão, fixação, correção de vazamentos de ar e água, limpeza, testes, recargas, calibração, aferição, lubrificação e conservação dos equipamentos cuja manutenção seja objeto dessa licitação.
  - 3.7.1 Entende-se por materiais de reposição, de forma exemplificativa: parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação, fusíveis, garrafas de reservatório de água dos equipos, correias e correlatos.
  - 3.7.2 Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: álcool, benzina, estopa, flanela, fita, isolante, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasivo e biodegradável necessário à manutenção preventiva dos equipamentos.
- 3.8 A Contratada será responsabilizada por todo e qualquer equívoco na especificação quando da solicitação de peças de reposição, inclusive sujeitando-se ao ressarcimento ao Município.
- 3.9 Na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser observadas as Normas Técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).
- 3.10 As peças que, por ventura, preventivamente necessitem ser substituídas para garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos que não estejam inclusas na garantia prestada pelo fabricante, deverão ser indicadas e cotadas em **orçamento prévio** apresentado pelo contratante, que poderá ou não autorizar.
- 3.11 Após a aprovação do orçamento prévio e emissão da Nota de Empenho pela Contratante, a Contratada está autorizada a iniciar o serviço. Caso não autorize, o Contratante reserva a si o direito de adquirir quaisquer peças de terceiros - obedecendo o princípio da economicidade - devendo a Contratada responsabilizar-se pela instalação das mesmas.
- 3.12 Após a execução do serviço pela Contratada procede-se então a emissão do **relatório de ocorrência**, o qual deverá constar a descrição do serviço, data e hora, bem como, as peças e materiais utilizados com suas respectivas quantidades, além do nome completo do profissional responsável pelo serviço. Após a apreciação do relatório pelo Fiscal de Contrato e a constatação de que o serviço foi executado em conformidade com o documento, procede-se a emissão da Nota Fiscal e encaminhamento para pagamento.
- 3.13 Quanto aos prazos para atendimento, os serviços de manutenção deverão ser realizados nos horários acordados entre o Contratante e a Contratada, dentro dos critérios citados abaixo:
  - 3.13.1 As manutenções preventivas serão agendadas previamente pelo Fundo Municipal de Saúde, tendo a Contratada o prazo de até **15 (quinze) dias** para atendimento.
  - 3.13.2 As manutenções corretivas, após a abertura do chamado pelo Fundo Municipal de Saúde, não poderão exceder o prazo de **72 (setenta e duas) horas** para atendimento.
  - 3.13.3 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva poderão ser executados *in loco* ou na sede da contratada.
  - 3.13.4 Caberá à contratada a responsabilidade pelo transporte do equipamento até sua sede e a posterior devolução no local de origem.
- 3.14 A garantia mínima para os serviços de manutenção corretiva será de 90 (noventa) dias contados a partir da emissão do Relatório de Ocorrência. A garantia das peças, será a oferecida pela empresa fabricante das mesmas.

#### 4. DA LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

- 4.1 Os equipamentos sujeitos à manutenção preventiva e corretiva estão situados nos seguintes locais:
  - 4.1.1 Estratégia de Saúde da Família Três Pinheiros – Sede (Centro)
  - 4.1.2 Estratégia de Saúde da Família Três Pinheiros – Interior (BR-153, distante 50 quilômetros da sede do Município)
  - 4.1.3 Estratégia de Saúde da Família Irmã Thereza Uber (Centro)
  - 4.1.4 Estratégia de Saúde da Família Alzira Itália Ferretti (Centro)
  - 4.1.5 Clínica Multiprofissional Andréa Macagnan Compiani (Centro)
  - 4.1.6 Farmácia Básica Municipal (Centro)
  - 4.1.7 Vigilância Sanitária (Centro)
  - 4.1.8 Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Luiz Viecelli (Centro)

#### 5. DA ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

- 5.1 Os equipamentos sujeitos à manutenção preventiva e corretiva que fazem parte do Patrimônio do Fundo Municipal de Saúde são os constantes na tabela abaixo:

ITEM	EQUIPAMENTO	MODELO/MARCA	LOCALIZAÇÃO
01	Aparelho de seladora de embalagem (papel grau cirúrgico)	-	ESF Três Pinheiros
02	Aparelho de ultrassom odontológico com jato de bicarbonato	Ecel	ESF Três Pinheiros
03	Aparelho jato de bicarbonato (Odontológico)	-	ESF Três Pinheiros

04	Autoclave 30 litros	Stermax Extra	ESF Três Pinheiros
05	Balança adulto	Balmak	ESF Três Pinheiros
06	Balança infantil	Balmak	ESF Três Pinheiros
07	Cadeira odontológica completa	-	ESF Três Pinheiros
08	Câmara de vacina	NT1100/340	ESF Três Pinheiros
09	Centrífuga	Kasui	ESF Três Pinheiros
10	Desfibrilador	Instramed	ESF Três Pinheiros
11	Destilador	-	ESF Três Pinheiros
12	Eletrocardiograma	Bionet	ESF Três Pinheiros
13	Mesa ginecológica	-	ESF Três Pinheiros
14	Monitor cardíaco	Vita	ESF Três Pinheiros
15	Raio X Odontológico	Dabi Atlante	ESF Três Pinheiros
16	Amalgamador	Dabi Atlante Astron Mix	ESF Irmã Thereza Uber
17	Amalgamador odontológico digital	-	ESF Irmã Thereza Uber
18	Aparelho de Raio-X odontológico	Procion	ESF Irmã Thereza Uber
19	Autoclave	Stermak	ESF Irmã Thereza Uber
20	Bomba de vácuo 2HP/CV e compressor odontológico	-	ESF Irmã Thereza Uber
21	Cadeira odontológica	-	ESF Irmã Thereza Uber
22	Fotopolimerizador com LED tipo caneta	Dabi Atlante	ESF Irmã Thereza Uber
23	Mesa ginecológica – Gabinete Luxo	-	ESF Irmã Thereza Uber
24	Seladora a pedal – 300mm Bivolt	Selamult	ESF Irmã Thereza Uber
25	Amalgamador odontológico digital	-	ESF Alzira Itália Ferretti
26	Aparelho de Raio-X odontológico Ion 70 – Coluna 70KV	M'vel	ESF Alzira Itália Ferretti
27	Aparelho de ultrassom odontológico com jato de bicarbonato	-	ESF Alzira Itália Ferretti
28	Autoclave	-	ESF Alzira Itália Ferretti
29	Balança	-	ESF Alzira Itália Ferretti
30	Bomba a vácuo BX-02C	Ônix	ESF Alzira Itália Ferretti
31	Cadeira odontológica completa	-	ESF Alzira Itália Ferretti
32	Compressor de ar	Compbrasil	ESF Alzira Itália Ferretti
33	Desfibrilador	-	ESF Alzira Itália Ferretti
34	Destilador	-	ESF Alzira Itália Ferretti
35	Eletrocardiograma	-	ESF Alzira Itália Ferretti
36	Fotopolimerizador com LED tipo caneta	-	ESF Alzira Itália Ferretti
37	Mesa ginecológica	-	ESF Alzira Itália Ferretti
38	Seladora 30cm	Cristófoli	ESF Alzira Itália Ferretti
39	Adipômetro clínico	Balmak	Clínica Multiprofissional
40	Aparelho de Eletro Analgesia - 4 Canais	Neurodyn II	Clínica Multiprofissional
41	Aparelho de laser terapia	Laserpulse Special	Clínica Multiprofissional
42	Aparelho de ultrassom	Sonopulse III	Clínica Multiprofissional
43	Aparelho Neurodyn Multicorrentes	Ibramed	Clínica Multiprofissional
44	Balança eletrônica pediátrica	-	Clínica Multiprofissional
45	Bicicleta ergométrica – Modelo 376C	Embreeex	Clínica Multiprofissional
46	Esteira	Embreeex	Clínica Multiprofissional
47	Exercitador Mini Bike - Pé e braço	Live Up	Clínica Multiprofissional

**Obs.:** Os itens constantes na tabela acima poderão sofrer alterações, com a incorporação de novos equipamentos ao patrimônio do Fundo Municipal de Saúde, bem como, a supressão de itens inservíveis destinados à alienação.

## 6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 6.1 Não há possibilidade de subcontratação de partes do serviço.
- 6.2 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade. Os serviços somente poderão ser fornecidos pela proponente vencedora, vedado, portanto, o fornecimento de serviço por terceiros.

## 7. ESTIMATIVA DE PREÇOS

O valor estimado para essa contratação é de R\$146.649,00 (Cento e quarenta e seis mil seiscientos e quarenta e nove reais).

## **8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será efetuado após a apreciação do Relatório de Ocorrência pelo Fiscal de Contrato e a constatação de que o serviço foi executado em conformidade com o documento, bem como, a emissão da Nota Fiscal.

8.2 Após o recebimento da Nota Fiscal pela Contratante, a mesma tem o prazo de até 30 dias para efetuar o depósito do valor na conta bancária informada pela Contratada.

8.3 Não será admitida qualquer solicitação de acréscimo aos preços propostos para cobrir as despesas que, porventura, tenham deixado de ser computadas quando da elaboração da proposta.

## **9. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A fiscalização do Contrato será designada ao Setor de Coordenação de Gestão de Saúde, por meio de seu servidor o Sr. Douglas Silva de Oliveira.

## **10. PRAZO DE VIGÊNCIA**

A vigência da Ata de Registro de Preço resultante do Processo de Licitação será de um ano a partir da data da assinatura.



**PROCESSO LICITATÓRIO N. 2/2023/FMS  
EDITAL DE PREGÃO N. 2/2023/FMS**

**ANEXO II**

**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Através da presente, indicamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, a participar do Processo de Licitação nº 2/2023/FMS, instaurado pelo Fundo Municipal de Saúde de Água Doce – SC, na modalidade Pregão Eletrônico nº 2/2023/FMS, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, bem como, para assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços, caso a empresa seja vencedora neste processo.

Em caso de ser declarada como vencedora deste certame os pagamentos devidos deverão ser realizados na conta corrente nº \_\_\_\_\_, agência \_\_\_\_\_, Banco \_\_\_\_\_ de titularidade da empresa acima identificada.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Identificação e Assinatura do Representante Legal da Licitante

**Observações:**

1. Caso o indicado seja **sócio, proprietário ou dirigente** da empresa proponente, o mesmo deverá constar no ato constitutivo ou no contrato social, apresentado por ocasião da Habilitação neste processo, devendo estar exposto seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
2. Caso o indicado seja **preposto** da empresa proponente, será solicitado instrumento procuratório, com a delegação de poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 2/2023/FMS  
EDITAL DE PREGÃO N. 2/2023/FMS

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_/2023

**DOTADO DE EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE SERVIÇOS COM MÁQUINAS PESADAS.**

Aos \_\_ (\_\_\_\_\_) dias do mês de agosto do ano de 2023, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, SC, por intermédio da **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, como órgão gerenciador, representado neste ato pela Prefeita Municipal, **NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI**, e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) estatuto(s) social(is), em ordem de preferência por classificação, doravante denominada(s) **DETENTORA(S)**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 093/2020, e alteração, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação nº 2/2023/FMS - Pregão Eletrônico nº 2/2023/FMS, mediante termos e condições que seguem.

**DETENTORA (S):**

1ª	RAZÃO SOCIAL:	
	ENDEREÇO:	
	CIDADE / ESTADO:	
	CNPJ/MF:	
	REPRESENTANTE LEGAL:	

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Os preços ora REGISTRADOS, de acordo a proposta apresentada pela(s) DETENTORA(S) no Processo de Licitação, correspondem à expectativa de aquisição dos seguintes itens:

**Lote 1**

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$

**Lote 2**

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

2.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Setor de Coordenação de Gestão de Saúde, por meio de seu servidor o Sr. Douglas Silva de Oliveira, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

2.1.1. No caso de adesão à presente Ata de Registro de Preços, o órgão participante designará responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO**

3.1. Os serviços de manutenção preventiva são procedimentos adotados com o objetivo de otimizar a utilização dos equipamentos, reduzindo o desgaste de uso, evitando danos e por consequência, a interrupção ou suspensão do funcionamento dos mesmos. Na manutenção preventiva, incluem-se os serviços de calibração e aferição de aparelhos.

3.2. Os serviços de manutenção corretiva são procedimentos de substituição de peças e reparos/consertos necessários a sanar defeitos/falhas dos equipamentos que possam acarretar ou tenham acarretado os danos ou interrupção/suspensão de funcionamento dos mesmos.

3.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão executados com fornecimento, pela Contratada, das peças necessárias e suficientes à sua realização.

3.4. A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de reposição e materiais de consumo necessários à revisão, fixação, correção de vazamentos de ar e água, limpeza, testes, recargas, calibração, aferição, lubrificação e conservação dos equipamentos cuja manutenção seja objeto dessa licitação.

3.4.1. Entende-se por materiais de reposição, de forma exemplificativa: parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação, fusíveis, garrafas de reservatório de água dos equipos, correias e correlatos.

3.4.2. Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: álcool, gasolina, estopa, flanela, fita, isolante, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasivo e biodegradável necessário à manutenção preventiva dos equipamentos.

3.5. A Contratada será responsabilizada por todo e qualquer equívoco na especificação quando da solicitação de peças de reposição, inclusive sujeitando-se ao ressarcimento ao Município.

3.6. Na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser observadas as Normas Técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

3.7. As peças que, por ventura, preventivamente necessitem ser substituídas para garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos que não estejam inclusas na garantia prestada pelo fabricante, deverão ser indicadas e cotadas em **orçamento prévio** apresentado pelo contratante, que poderá ou não autorizar.

3.8. Após a aprovação do orçamento prévio e emissão da Nota de Empenho pela Contratante, a Contratada está autorizada a iniciar o serviço. Caso não autorize, o Contratante reserva a si o direito de adquirir quaisquer peças de terceiros - obedecendo o princípio da economicidade - devendo a Contratada responsabilizar-se pela instalação das mesmas.

3.9. Após a execução do serviço pela Contratada procede-se então a emissão do **relatório de ocorrência**, o qual deverá constar a descrição do serviço, data e hora, bem como, as peças e materiais utilizados com suas respectivas quantidades, além do nome completo do profissional responsável pelo serviço. Após a apreciação do relatório pelo Fiscal de Contrato e a constatação de que o serviço foi executado em conformidade com o documento, procede-se a emissão da Nota Fiscal e encaminhamento para pagamento.

3.10. Quanto aos prazos para atendimento, os serviços de manutenção deverão ser realizados nos horários acordados entre o Contratante e a Contratada, dentro dos critérios citados abaixo:

3.10.1. As manutenções preventivas serão agendadas previamente pelo Fundo Municipal de Saúde, tendo a Contratada o prazo de até **15 (quinze) dias** para atendimento.

3.10.2. As manutenções corretivas, após a abertura do chamado pelo Fundo Municipal de Saúde, não poderão exceder o prazo de **72 (setenta e duas) horas** para atendimento.

3.10.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva poderão ser executados *in loco* ou na sede da contratada.

3.10.4. Caberá à contratada a responsabilidade pelo transporte do equipamento até sua sede e a posterior devolução no local de origem.

3.14 A garantia mínima para os serviços de manutenção corretiva será de 90 (noventa) dias contados a partir da emissão do Relatório de Ocorrência. A garantia das peças, será a oferecida pela empresa fabricante das mesmas.

### 3.15. DA LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

3.15.1. Os equipamentos sujeitos à manutenção preventiva e corretiva estão situados nos seguintes locais:

- a) Estratégia de Saúde da Família Três Pinheiros – Sede (Centro)
- b) Estratégia de Saúde da Família Três Pinheiros – Interior (BR-153, distante 50 quilômetros da sede do Município)
- c) Estratégia de Saúde da Família Irmã Thereza Uber (Centro)
- d) Estratégia de Saúde da Família Alzira Itália Ferretti (Centro)
- e) 4Clínica Multiprofissional Andréa Macagnan Compiani (Centro)
- f) Farmácia Básica Municipal (Centro)
- g) Vigilância Sanitária (Centro)
- h) Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Luiz Viecelli (Centro)

### 3.16. DA ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

3.16.1. Os equipamentos sujeitos à manutenção preventiva e corretiva que fazem parte do Patrimônio do Fundo Municipal de Saúde são os constantes na tabela abaixo:

ITEM	EQUIPAMENTO	MODELO/MARCA	LOCALIZAÇÃO
01	Aparelho de seladora de embalagem (papel grau cirúrgico)	-	ESF Três Pinheiros
02	Aparelho de ultrassom odontológico com jato de bicarbonato	Ecel	ESF Três Pinheiros
03	Aparelho jato de bicarbonato (Odontológico)	-	ESF Três Pinheiros
04	Autoclave 30 litros	Stermax Extra	ESF Três Pinheiros
05	Balança adulto	Balmak	ESF Três Pinheiros
06	Balança infantil	Balmak	ESF Três Pinheiros
07	Cadeira odontológica completa	-	ESF Três Pinheiros
08	Câmara de vacina	NT1100/340	ESF Três Pinheiros
09	Centrífuga	Kasui	ESF Três Pinheiros
10	Desfibrilador	Instramed	ESF Três Pinheiros
11	Destilador	-	ESF Três Pinheiros
12	Eletrocardiograma	Bionet	ESF Três Pinheiros
13	Mesa ginecológica	-	ESF Três Pinheiros
14	Monitor cardíaco	Vita	ESF Três Pinheiros
15	Raio X Odontológico	Dabi Atlante	ESF Três Pinheiros
16	Amalgamador	Dabi Atlante Astron Mix	ESF Irmã Thereza Uber
17	Amalgamador odontológico digital	-	ESF Irmã Thereza Uber
18	Aparelho de Raio-X odontológico	Procion	ESF Irmã Thereza Uber
19	Autoclave	Stermak	ESF Irmã Thereza Uber
20	Bomba de vácuo 2HP/CV e compressor odontológico	-	ESF Irmã Thereza Uber
21	Cadeira odontológica	-	ESF Irmã Thereza Uber
22	Fotopolimerizador com LED tipo caneta	Dabi Atlante	ESF Irmã Thereza Uber
23	Mesa ginecológica – Gabinete Luxo	-	ESF Irmã Thereza Uber
24	Seladora a pedal – 300mm Bivolt	Selamult	ESF Irmã Thereza Uber
25	Amalgamador odontológico digital	-	ESF Alzira Itália Ferretti
26	Aparelho de Raio-X odontológico Ion 70 – Coluna 70KV	M'vel	ESF Alzira Itália Ferretti
27	Aparelho de ultrassom odontológico com jato de bicarbonato	-	ESF Alzira Itália Ferretti
28	Autoclave	-	ESF Alzira Itália Ferretti
29	Balança	-	ESF Alzira Itália Ferretti
30	Bomba a vácuo BX-02C	Ônix	ESF Alzira Itália Ferretti

31	Cadeira odontológica completa	-	ESF Alzira Itália Ferretti
32	Compressor de ar	Compbrasil	ESF Alzira Itália Ferretti
33	Desfibrilador	-	ESF Alzira Itália Ferretti
34	Destilador	-	ESF Alzira Itália Ferretti
35	Eletrocardiograma	-	ESF Alzira Itália Ferretti
36	Fotopolimerizador com LED tipo caneta	-	ESF Alzira Itália Ferretti
37	Mesa ginecológica	-	ESF Alzira Itália Ferretti
38	Seladora 30cm	Cristófoli	ESF Alzira Itália Ferretti
39	Adipômetro clínico	Balmak	Clínica Multiprofissional
40	Aparelho de Eletro Analgesia - 4 Canais	Neurodyn II	Clínica Multiprofissional
41	Aparelho de laser terapia	Laserpulse Special	Clínica Multiprofissional
42	Aparelho de ultrassom	Sonopulse III	Clínica Multiprofissional
43	Aparelho Neurodyn Multicorrentes	Ibramed	Clínica Multiprofissional
44	Balança eletrônica pediátrica	-	Clínica Multiprofissional
45	Bicicleta ergométrica – Modelo 376C	Embreex	Clínica Multiprofissional
46	Esteira	Embreex	Clínica Multiprofissional
47	Exercitador Mini Bike - Pé e braço	Live Up	Clínica Multiprofissional

**Obs.:** Os itens constantes na tabela acima poderão sofrer alterações, com a incorporação de novos equipamentos ao patrimônio do Fundo Municipal de Saúde, bem como, a supressão de itens inservíveis destinados à alienação.

### 3.17. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.17.1. Não há possibilidade de subcontratação de partes do serviço.

3.17.2. Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade. Os serviços somente poderão ser fornecidos pela proponente vencedora, vedado, portanto, o fornecimento de serviço por terceiros.

3.18. Os órgãos participantes deste Registro de Preços são os seguintes:

✓ **Prefeitura Municipal de Água Doce (órgão gerenciador)**

3.19. Nos termos do Decreto Municipal nº 031/2013, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços proveniente deste processo, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e em conformidade com o disposto no art. 22 do mesmo diploma legal.

3.20. Caberá ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, verificar junto a DETENTORA a capacidade de prestação dos serviços solicitados pelo órgão ou entidade aderente.

3.21. Caberá a DETENTORA, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, optar pela aceitação dos serviços ao órgão ou entidade aderente até o limite de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.

3.22. Fica estabelecido como limite às adesões por órgãos não participantes do registro de preços o quádruplo do quantitativo de cada item registrado neste instrumento.

### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

4.1. O pagamento será efetuado após a apreciação do Relatório de Ocorrência pelo Fiscal de Contrato e a constatação de que o serviço foi executado em conformidade com o documento, bem como, a emissão da Nota Fiscal

4.2. Após o recebimento da Nota Fiscal pela Contratante, a mesma tem o prazo de até 30 dias para efetuar o depósito do valor na conta bancária informada pela Contratada.

4.3. Não será admitida qualquer solicitação de acréscimo aos preços propostos para cobrir as despesas que, porventura, tenham deixado de ser computadas quando da elaboração da proposta.

- 4.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a entidade constante na Solicitação de Fornecimento, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.
- 4.5. No caso de adesão à futura Ata de Registro de Preços, o órgão participante informará os dados necessários à emissão da Nota Fiscal ou de outro documento fiscal correlato.
- 4.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.
- 4.7. Os preços não serão reajustados.
- 4.8. O órgão gerenciador fará, periodicamente, levantamento dos preços praticados no mercado visando aferir se os preços registrados apresentam-se vantajosos.
- 4.9. Os preços poderão ser revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos da alínea “d”, inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído, a ser formalizado pela DETENTORA.
- 4.9.1. Mesmo comprovada a ocorrência prevista na alínea “d”, inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata de Registro de Preços e promover outro processo licitatório.
- 4.9.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 4.9.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 4.9.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.9.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 4.10. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 4.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 5.1. O órgão gerenciador e os órgãos participantes consignarão, inclusive no próximo exercício, em seus orçamentos, os recursos necessários ao atendimento das eventuais aquisições.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES**

##### **6.1. Responsabilidades da DETENTORA:**

- 6.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na cláusula terceira (Da Forma de Execução) da presente Ata.
- 6.1.2. Manter, durante a execução do objeto, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

- 6.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- 6.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.
- 6.1.5. Exigir do órgão requisitante a Autorização de Fornecimento e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva liberação dos materiais solicitados.

## **6.2. Responsabilidades do órgão gerenciador / órgãos participantes:**

- 6.2.1. Tomar todas as providências necessárias à execução e à fiscalização do objeto.
- 6.2.2. Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com a cláusula quarta do presente instrumento.
- 6.2.3. Providenciar a publicação resumida da presente Ata até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
- 6.2.4. Emitir a Autorização de Fornecimento e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para que a DETENTORA proceda ao fornecimento dos materiais.
- 6.2.5. Convocar a DETENTORA via fax, e-mail ou telefone, para a retirada da Solicitação e da respectiva Nota de Empenho.
- 6.2.6. Comunicar à DETENTORA qualquer falha apresentada na execução dos serviços, exigindo-lhe a imediata correção.
- 6.2.7. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES**

- 7.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a DETENDORA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 7.2. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a DETENTORA à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso por item, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor registrado.
  - 7.2.1. A multa aludida acima não impede que o Município aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado quando o mesmo:
  - a. Descumprir as condições da ata de registro de preços.
  - b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
  - c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
  - d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
- 8.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

## CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. Para fins deste registro de preços aplicar-se-á o disposto no Decreto Municipal nº 093/2020 e Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 9.2. A declaração de nulidade deste instrumento opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 9.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz do Decreto Municipal nº 093/2020, e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

- 10.1. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes, a qualquer outro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Água Doce, SC, ..... de ..... de 2023.

**NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI**  
Prefeita Municipal

**NOME**  
Empresa .....  
Detentora

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

.....  
OAB/SC n. ....